

Território e oportunidades de desenvolvimento com recurso a práticas de *local e-government*

Luís Borges Gouveia

Professor Associado
Universidade Fernando Pessoa
lmbg@ufp.pt

Joaquim Borges Gouveia

Professor Catedrático
Universidade de Aveiro
bgouveia@egi.ua.pt

Palavras-chave: Cidades Digitais; *local e-government*; desenvolvimento; território

Resumo: A consciência por parte do poder local e dos organismos da Administração Pública local para as oportunidades das tecnologias de informação e comunicação tem vindo a aumentar, como se pode verificar pela existência de iniciativas e acções da sua adopção que ocorrem, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Uma quantidade apreciável deste esforço tem correspondência no âmbito do que é designado por *local e-government* – o esforço global para introduzir novas práticas associadas ao digital para a Administração Pública local.

As ideias associadas com o *local e-government* tem sido desenvolvidas e melhoradas ao longo da última década. A qualidade das abordagens e serviços já existentes, permitiram o alcançar da satisfação das expectativas iniciais e potenciam maiores ambições. Uma das direcções viáveis para a melhoria da qualidade do *local e-government* é o relacionar a informação disponível como parte do conhecimento sobre o território e considerar o seu uso impondo duas características: a sua georeferenciação e o seu uso em tempo real. Esta visão, embora não possível neste momento, pode constituir uma direcção de trabalho que proporcione um leque de possibilidades e serviços que se pretendem discutir neste texto, realizado com base no trabalho desenvolvido em (Gouveia, 2004).

1. INTRODUÇÃO

A informação é actualmente um recurso crucial para a actividade humana. De facto, considerando a produção de bens e serviços ou simplesmente a satisfação de necessidades de cada indivíduo, quer na sua qualidade de profissional, quer na qualidade de cidadão, a informação assume um papel de crescente importância.

Para o desenvolvimento das actividades dos indivíduos e das empresas é necessária informação. Esta serve como material de apoio para uma acção e uma decisão informadas. Para “informar” tanto a acção, como a decisão, há que garantir um conjunto de requisitos:

- *A qualidade da informação*: que esta seja precisa, completa, concisa e oportuna, de modo a garantir o máximo proveito e rigor nas consequências da sua utilização;
- *O acesso à informação*: como garante quer da igualdade de acesso, quer da preservação e controlo na obtenção de um recurso cada vez mais crítico à actividade humana;
- *O entendimento da informação*: possuir a informação exige saber lidar com ela, compreender e potenciar a sua utilização. É igualmente importante, garantir as competências do indivíduo para seleccionar, descartar e estabelecer prioridades na utilização deste recurso;
- *A partilha da informação*: prover as facilidades para partilha e obtenção de informação de forma colectiva. Para tal é necessário assegurar identificadores e conceitos comuns e estabelecer processos de gestão da informação que sejam compatíveis ou integráveis;
- *Lidar com o excesso de informação*: como forma de assegurar que questões associadas com a capacidade cognitiva dos indivíduos seja respeitada. Tal

aspecto terá necessariamente consequências no que diz respeito à produtividade e à capacidade de trabalho útil de cada indivíduo.

O digital como recurso a codificação em computador para registo de dados é uma mais valia. Desta forma, é possível armazenar, processar e comunicar informação recorrendo a meios digitais. Em especial, o computador e as suas variantes para armazenar, processar e comunicar informação permitem uma maior velocidade e facilidade de utilização de dados e consequentemente maior liberdade para lidar e aceder à informação.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) incluem o conjunto de tecnologias associadas ao digital e que permitem o armazenamento, o tratamento e a comunicação de informação, no digital, mas também a sua conversão para efeitos de entendimento humano. Além dos tradicionais computadores e redes, fazem parte deste grupo, a Internet, os telemóveis e os novos media que recorrem ao digital e cujo impacto é crescente no dia a dia da actividade humana.

2. DA INFORMAÇÃO À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Os indivíduos, quer enquanto profissionais, quer como consumidores de informação, baseiam a sua recolha e processamento de informação na necessidade de decidir e de agir. Desta forma, um dos conceitos básicos associados com o levantamento da informação relevante a cada situação, passa pelo estudo das necessidades de informação exigidas em cada ambiente de forma a assegurar que o indivíduo cumpra o seu papel.

As necessidades da informação estão intimamente relacionadas com o indivíduo e com as suas competências. Obviamente que a uma maior facilidade de entendimento dos dados recolhidos e a uma maior facilidade de utilizar os instrumentos ao seu dispor, correspondem melhores desempenhos e maior potencial de rentabilidade das facilidades oferecidas pela organização. Acresce que o maior de todos os desafios continua a ser, para cada indivíduo, saber exactamente o que necessita e saber como seleccionar a informação crítica para a sua actividade (Gouveia, 2002).

Os sistemas de informação constituem-se como a infra-estrutura que no âmbito das organizações suporta o fluxo de informação entre os profissionais com diferentes funções e responsabilidades e, destes, com o exterior dessa organização. O sistema de informação, constituído com base nas próprias pessoas, na forma como se organizam e no suporte possibilitado pelas tecnologias, assegura a satisfação das necessidades de informação e auxilia no garante de independência da própria organização face ao histórico da sua actividade que é resultado do desempenho dos seus recursos humanos.

Do ponto de vista de uma organização, o sistema de informação é uma peça estratégica do seu funcionamento e operacionalidade. Auxilia e influencia inclusivamente na forma como a organização é vista pelos seus clientes e utilizadores. Desta forma, é possível dividir o sistema de informação pela profundidade de acordo com a relação com o cliente da organização, assegurando uma zona de contacto, normalmente designada por *front office* e uma zona associada ao suporte dos processos de operação da própria organização e destinada a ser utilizada pelos seus recursos humanos: o *back office*.

Uma das preocupações associadas com a informação enquanto recurso, é a sua gestão. Questões como o que fazer com a informação existente?, como assegurar a identificação da informação e compatibilizar a nomenclatura utilizada? e como controlar a produção, recolha e acessos à informação?, constituem questões nucleares para garantir a integração (facilitar o funcionamento conjunto de diferentes serviços que recorram a recursos de informação partilhados, independentemente da origem dos dados) e a inter-operacionalidade (assegurar a troca de informação com a certeza do que são partilhados significados, suportes, permissões e facilidades existentes) entre diferentes componentes duma organização. Desta forma a integração assegura as questões de processo e a inter-operacionalidade assegura as questões associadas com a informação.

Na perspectiva dos esforços tanto do *e-government* central como local, a Gestão da Informação é da maior importância para integrar esforços que geralmente são pensados isoladamente, sem o enquadramento que lhes permita coordenar, gerir e antecipar a complexidade do relacionamento entre as diversas entidades envolvidas, sejam individuais ou colectivas (Gouveia, 2003).

Estes conceitos, além de constituírem o ponto de partida para a análise e organização dos processos que importa considerar no desenvolvimento de práticas de *local e-government*, possibilitam uma maior compreensão das implicações e desafios que se colocam. O *local e-government* exige um esforço de organização assinalável, que garanta a identificação das necessidades de informação, dos processos associados, da estabilização do Sistema de Informação para lhes dar suporte, de limites bem definidos entre o seu *back office* e *front office* e de políticas associadas com a gestão da informação estáveis e aceites.

Acresce que estes esforços são exigíveis não apenas por uma vez, mas de forma contínua, revendo práticas e desempenhos e garantindo a adaptação a uma realidade que muda e evolui constantemente. É que o mais importante, continua a ser a própria organização e o cumprimento dos seus objectivos. Todos estes conceitos são de alguma forma, apenas auxiliares estruturados para esse fim.

A Sociedade da Informação é um conceito utilizado para descrever uma sociedade e uma economia que faz o melhor uso possível das Tecnologias de Informação e Comunicação para lidar com a informação e que toma esta como elemento central de toda a actividade humana (Castells, 2001). Numa Sociedade da Informação, as pessoas aproveitam as vantagens das tecnologias em todos os aspectos das suas vidas: no trabalho, em casa e no lazer.

No contexto deste texto, entende-se por Sociedade da Informação, uma Sociedade que recorre predominantemente às tecnologias da informação e comunicação para a troca de informação em formato digital e que suporta a interacção entre indivíduos e entre indivíduos e instituições, com recurso a práticas e métodos em construção permanente (Gouveia e Gaio, 2004).

A construção da Sociedade da Informação é feita tendo em atenção os indivíduos, fomentando as suas competências, nomeadamente associadas à informação, à comunicação e à obtenção de uma cultura digital. A Sociedade da Informação é vista como uma sociedade onde a interacção entre pessoas e pessoas e organizações é maioritariamente realizada com mediação das Tecnologias da Informação e Comunicação e é de base digital. As redes baseadas nas comunidades locais,

consideradas como um dos elementos agregadores da Sociedade da Informação, apresentam segundo Castells (2001), três características gerais comuns, embora possuam diferentes motivações para a sua formação e desenvolvimento:

- proporcionam informação das autoridades locais, bem como de associações cívicas e assumem-se como sofisticados sistemas de informação do dia a dia da cidade;
- facilitam e organizam a interacção electrónica e a troca de informação entre os elementos da comunidade;
- possibilitam a integração com sistemas de base electrónica de empresas e pessoas que, noutros contextos, dificilmente poderiam aderir a sistemas deste tipo.

3. O PAPEL DO LOCAL E-GOVERNMENT

O poder central e a administração pública, o poder local, bem como a administração pública local, possuem um papel não negligenciável na habituação e fomento da interacção com recurso ao digital e na introdução de práticas baseadas no uso da informação.

O conceito de *e-government*, engloba o recurso a novas formas de fazer o que o poder central e a administração pública realizam, mas adoptando práticas de base digital que permitem ganhos substanciais em termos de eficiência, acesso à informação, tempos de resposta e proximidade ao cidadão (Gouveia, 2003). O *e-government* é também o correspondente, para o poder central e a administração pública, do conceito mais geral de *e-business*: negócio de base electrónica (Gouveia, 2006).

Embora seja frequente traduzir *e-government* por governo electrónico, tal tradução não corresponde totalmente à verdade. De facto, o que se pretende englobar é mais que o poder central, em especial o poder político. Desta forma, uma vez que se pretende incluir os serviços, regulação e demais órgãos da administração pública, a designação de administração pública electrónica parece ser a mais adequada.

O alvo do *e-government* não devem ser as tecnologias de informação e comunicação, mas sim o seu uso, que combinado com mudanças organizacionais e novas competências, melhora a prestação de serviços públicos, as políticas públicas e o próprio exercício da democracia, configurando o verdadeiro sentido do *e-government* (configura-se desta forma tanto o *e-government* como as TIC, como um instrumento para uma melhor, mais eficiente e eficaz governação).

Uma outra perspectiva do *e-government* é considerar a separação por áreas de intervenção. Entre as diversas áreas referidas, destacam-se três grandes grupos:

- *e-administração*: melhoria dos processos associados ao funcionamento do poder político e da administração pública;
- *e-cidadãos e e-serviços*: interligação com cidadãos e empresas, por oferta de valor e serviços;
- *e-sociedade*: desenvolvimento e construção de interações externas ao poder político e administração pública. Normalmente associadas com questões de participação pública e cidadania.

O conceito de *local e-government* estende os mesmos princípios enunciados para o *e-government*, mas com uma maior proximidade ao cidadão, tomando agora a sua vertente de munícipe. A proximidade territorial ao indivíduo sai reforçada como elemento diferenciador deste conceito, quando comparado com o *e-government* (Gouveia, 2003).

Um dos aspectos importantes a ter em consideração é a importância das comunidades no desenvolvimento da Sociedade da Informação. A comunidade, pela sua proximidade é construída de relações quentes, fortemente carregadas de afectividade, a sociedade é a organização social das relações frias, onde domina o jogo de interesses e o calculismo (Rocher, 1989). As comunidades são desenvolvidas em proximidade pelos seus elementos, pelo que se identificam mais com o território local.

Como resultado do seu papel, o desenvolvimento e implementação do *local e-government* não se pode dissociar das competências as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia possuem no nosso país. O mesmo acontece, considerando as suas funções, autoridade e limites para intervir no território e na relação com munícipes e empresas – também neste caso, estas funções variam de país para país, pelo que boas práticas, casos de sucesso e de estudo, tem de ser devidamente enquadrados prevendo mesmo a possibilidade de não serem viáveis no nosso contexto.

No entanto, as iniciativas de *local e-government* são vistas em muitos países como oportunidades de mudança e dinamização para a democracia local e para a transformação dos serviços prestados pela administração pública local. Este tipo de iniciativas são também tomadas em complemento das iniciativas de *e-government* como o seu complemento local que asseguram o envolvimento da comunidade e o nível de serviço e oferta de informação que o cidadão possui. Desta forma, torna-se mais fácil explorar os novos benefícios oferecidos pelo uso da Internet e computadores no poder central e administração pública. Enquanto munícipe, o cidadão quererá ver um nível de serviço equivalente e uma capacidade de intervenção e oferta de funcionalidades complementar à que lhe é oferecida pelos serviços centrais.

O *e-government* e o *local e-government* podem ser associados como fazendo parte de uma mesma tendência no que respeita ao serviço ao indivíduo (quer no seu papel de cidadão, quer de munícipe) que facilite a sua relação com o poder político (participando e influenciando decisões), e com a administração pública (cumprindo as obrigações para com o estado e interagindo com este onde e quando se revelar necessário). Este último ponto exige uma consciência do que os serviços esperados não passam apenas pelo pagamento de impostos, mas também pela facilitação das actividades dos indivíduos e das empresas, na criação de riqueza, na oferta de valor e no desenvolvimento de iniciativas que promovam o território e a sociedade como um todo. Nesta perspectiva, não existem diferenças significativas entre as versões centrais e locais do *e-government*.

4. AS QUESTÕES DO TERRITÓRIO

Na medida em que o *local e-government* está intimamente relacionado com o território que serve, os desafios associados a este território são também parte dos desafios que

podem ser assumidas:

- *Demografia e qualidade de vida*: associado com a evolução das populações servidas pelo poder local. Em muitos locais, essa evolução é negativa (diminuição das populações), levantando questões de reestruturação. Noutros casos, a evolução é positiva (crescimento da população) e o aumento das capacidades é necessário para suportar o dia a dia das populações. Em qualquer dos casos, a qualidade de vida está também associada com a distribuição por idades das populações, aspectos associados com a demografia;
- *História, cultura e tradição*: numa perspectiva de garantia de identidade, aspecto essencial para as populações locais, é necessário ter em linha de conta a história, cultura e tradição associada com o território sob responsabilidade do poder local. Preservar esta identidade é um dos grandes desafios que se coloca ao poder local;
- *Educação, formação e emprego*: aspecto essencial para a adopção de novas práticas e fortalecimento da competitividade de um território. Ainda mais importante, quando se toma uma perspectiva de Sociedade da Informação onde as qualificações e competências são determinantes para o território e para a qualidade de vida das suas populações;
- *Centralidades, actividade económica e oportunidades*: por via da recolha de dados e seu tratamento, é possível cruzar os resultados com uma representação visual que por um lado permite uma relação mais próxima com o território e, por outro lado, força a organização e recolha desses mesmos dados numa lógica que os permita relacionar com o território;
- *Ordenamento e planeamento do território*: auxiliar no processo de planeamento e gestão urbanísticos, integrando a informação de acordo com as atribuições e competências dos vários níveis de administração pública por via dos instrumentos de planeamento. Estes necessitam de informação que pode ser obtida mais facilmente recorrendo ao *local e-government*. Adicionalmente, incorpora o suporte para o desenvolvimento e aplicações tão diversas como as

políticas de solos e as questões associadas com o espaço urbano e a relação entre espaço público/privado. No caso das autarquias, existe a preocupação com os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT); Estudos e Planos Sectoriais com Incidência Territorial; e eventuais Estudos Territoriais Estratégicos.

- *Desenvolvimento urbano*: prever capacidades e assegurar um suporte estruturado às decisões de desenvolvimento. Assegurar a capacidade de análise para o estudo de ocorrências num espaço urbano, incluindo segurança, defesa e protecção civil e o estudo da evolução dos espaços urbanos e população que os utiliza. Engloba também questões associadas com o desenvolvimento e sustentabilidade da ocupação do território nas suas vertentes económica, social e de ambiente;
- *Ambiente e desenvolvimento sustentável*: assegurar e monitorizar as questões de ambiente, pela identificação de potenciais problemas e monitorização do uso dos espaços urbanos e não urbanos. Assegurar o envolvimento de todos nas questões do ambiente.

Mas qual o papel do território para o poder local e qual a influência que este pode assumir o *local e-government*? Todos estes desafios estão intimamente relacionados com os planos de território e as facilidades associadas com o *local e-government* que tem de considerar na sua concepção e operacionalidade as necessidades reais do território a que dizem respeito, moldando e influenciando os serviços e informação oferecida.

5. FAZENDO O FUTURO: TERRITÓRIOS INTELIGENTES

Tendo a Sociedade da Informação como ambiente onde o recurso à informação é considerado um dos materiais mais importantes da actividade económica, substituindo inclusive em importância, na sua sublimação maior (conhecimento), outros recursos como a energia e as matérias primas e, mesmo o recurso primário às próprias TIC. Embora as questões de energia tenham reentrado na ordem do dia, novos processos e propostas de conhecimento constituem a fórmula mais viável para ultrapassar a situação actual.

Neste contexto, o recurso ao computador e formas de tratamento de informação digital têm um impacto enorme na forma como se pode manipular, tratar, representar e reutilizar informação (e transformar esta em conhecimento). A informação toma assim um aspecto dual de matéria prima, mas também de valor de troca. Tomando o caso do território e a sua gestão local, a informação disponível sobre as actividades realizadas assume particular interesse. Em face de capacidades, do dimensionamento de recursos e resposta a solicitações e mesmo para efeitos de planeamento, verifica-se que a informação assume uma importância capital, semelhante à que a Sociedade da Informação já preconiza para o indivíduo e para as organizações (em especial, as empresas).

Resolver a questão de obtenção da informação sobre a actividade do território (garantindo a sua recolha, tratamento e integração) é uma actividade ambiciosa e gigantesca.

O território é por natureza complexo, nas relações de poder que nele se estabelecem. Cada local específico pertencente ao território pode ser tutelado por múltiplas instituições, devido a diferentes responsabilidades e como resposta a diversas necessidades que, embora podendo estar relacionadas, são satisfeitas por diferentes vias.

Uma das conclusões igualmente óbvias é que os interesses de muitos intervenientes no território não são exclusivos das suas fronteiras. Para assegurar a troca de informação é necessário encontrar mecanismos que permitam a interoperacionalidade. Por outro lado, importa igualmente reconhecer a importância do território para o *local e-government* e da necessidade deste retribuir, providenciando as funções adequadas.

Apesar do carácter etéreo do conhecimento, este carece de um contexto espacial para ser produzido, contrariando a perspectiva do “*footloose knowledge*” que vagueia livremente, suportado por infra-estruturas tecnológicas, nomeadamente a Internet. Resulta assim que o papel do território e a sua ligação ao *local e-government* é determinante, para o impacto deste último. A unidade territorial que têm vindo a ganhar proeminência, na discussão em torno da produção do conhecimento é a região (Fischer, 2001).

Quando a criação do ambiente digital é combinado com a sociedade civil e as suas comunidades, caracterizadas por um elevado nível de conhecimento e inovação, segundo Komninos (2002), o território torna-se inteligente. Um território inteligente desenvolve duas componentes interrelacionadas (Komninos, 2002):

- (1) Uma comunidade em determinada área geográfica que promove a partilha de conhecimento ;
- (2) Uma infra-estrutura baseada em TICs que optimizam a gestão do conhecimento, o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

Desta forma, um iniciativa de *local e-government* sem uma forte ligação ao território, apenas pode actuar ao nível da informação, entendida como o conjunto de dados, facilmente codificados, difundidos e acedidos, correspondendo a mensagens simples e dados de rotina, facilmente manipulados e armazenados, por períodos curtos ou longos (Fischer, 2001). Só com a ligação ao território, é possível alcançar o patamar do conhecimento, que consiste em informação de difícil codificação, devido ao seu carácter indivisível. Note-se que é difícil transferir conhecimento sem interacção, o que não acontece com a informação (Gouveia, 2001).

De igual modo, enquanto os custos de transmissão da informação são relativamente independentes da distância, o mesmo não acontece com a transmissão de conhecimento. A transmissão de conhecimento continua a ser uma actividade essencialmente interpessoal, definida como qualquer acção que contribua para o processo de divulgação, disseminação, transmissão e comunicação de conhecimento. Tal pressupõe que o conhecimento não é partilhado de forma ubíqua, ou partilhado a custo zero (Fischer, 2001).

As próprias fontes de informação são definidas num âmbito espacial. Por exemplo, numa região bem servida por transportes públicos, os cidadãos procuram informação relativa aos mesmos – horários, trajectos, custos ou interfaces. Em regiões sem uma rede evoluída de transportes públicos, provavelmente, os cidadãos procuram informação sobre o tráfego automóvel – se houve acidentes ou quais os troços mais congestionados (Xavier et al., 2004).

Acresce que, recorrentemente, é apontada como uma das finalidades fundamentais do *local e-government* constituir-se como um dos suportes ao quotidiano dos cidadãos. Ora este quotidiano acontece no espaço físico, no território.

Deste modo, por muito global que seja a abrangência das TIC, e da Internet em particular, os cidadãos realizam a maior parte das suas interacções, num círculo espacial muito restrito, como é revelado por vários estudos que concluem que os indivíduos vão continuar a gastar o seu rendimento onde vivem (Ishida et al, 2002). Assim, o quotidiano dos cidadãos permanece local.

O *local e-government* faz uso intensivo de computadores e entidades fictícias, recorrendo ao digital, por oposição ao real. Contudo, se observarmos uma qualquer cidade ou região verificamos que, o quotidiano das pessoas passa, cada vez mais, por telefones, correio electrónico e páginas Web. Sem estas ferramentas, torna-se cada vez mais difícil desempenhar as funções mais correntes. Desta forma, verifica-se que, quer o digital, quer o físico se tornaram reais.

Um território inteligente é um território que auxilia também na recolha e organização da informação que resulta da actividade que concentra (Xavier et al., 2004). A informação obtida possui desta forma uma associação com o local onde ocorre, sendo dessa forma potencialmente georeferenciável (respeitando as noções de espaço e tempo, tão centrais ainda ao desenvolvimento humano). Os indivíduos e as organizações enquanto actores da actividade realizada no território geram e produzem informação como resultado do impacto em infra-estruturas que suportam essa actividade, mas também capturam informação seguindo um enquadramento e contexto limitado pelos direitos, liberdades e garantias e pelo respeito da propriedade intelectual e direitos inerentes à actividade de produção, de serviços ou comercial.

De um território que conhece e acede à sua própria informação enquanto imagem dos seus padrões de actividade e das interacções que ocorrem no seu espaço geográfico, verifica-se um potencial que verdadeiramente nenhum de nós pode calcular. Por exemplo, a capacidade de avaliar o impacto de determinadas medidas de distribuição de tráfego na semana seguinte à sua ocorrência e efectuar a comparação com séries de dados anteriores, permite uma avaliação mais efectiva, mais rápida e de menor custo e necessariamente mais eficaz do que a efectuada com recursos a meios de análise que se

baseiam em estudos de impacto com dados muitas vezes previsionais ou já com uma antiguidade apreciável. De igual modo, prever e monitorizar as questões de segurança, nomeadamente ao nível da criminalidade ou da protecção civil, adquirem novos instrumentos e um conhecimento mais profundo da realidade que pode ser trabalhada a tempo real.

Deste modo, e tendo em atenção uma noção de tempo de conhecimento e reacção mais célere, como seria interessante que a gestão de um território tivesse alternativas para poder, em alguns casos, seguir uma lógica semelhante à que superintende uma bolsa de valores, onde valor e realidade são dinâmicos e inter-relacionados. Essa lógica permitiria que, aspectos como segurança, recursos ambientais, tráfego e novas iniciativas imobiliárias poderiam seguir critérios de racionalidade ou de opções políticas bem mais conscientes e previsíveis do que aquelas com que somos confrontados actualmente.

No entanto, mesmo de uma Sociedade da Informação consciente e plural, informada e com indivíduos cujas competências sejam as mais adequadas, alguma distância subsiste para a formação de territórios inteligentes, cujos riscos também existem.

A articulação do território com os seus actores, a partilha de informação e a incorporação nas actividades do dia a dia realizadas no território de facilidades associadas com as tecnologias de informação e comunicação não asseguram a recolha e integração da informação relevante, ou o seu uso legítimo.

Toda uma nova perspectiva é necessária para construir um território inteligente e tal constitui um dos desafios mais promissores que se podem assumir no âmbito do *local e-government*. Embora constitua uma ajuda ao nível do governo, comando e controle do território, o *local e-government* é necessário, mas não suficiente: envolver a sociedade civil e capacitar os seus recursos humanos com a máxima abundância de dados e conhecimento parece constituir a melhor oportunidade para se constituir um território inteligente.

6. COMENTÁRIOS FINAIS

A crescente utilização do computador e da Internet leva a que uma quantidade cada vez maior da informação produzida esteja em formato digital. A informação neste formato cria oportunidades de acesso e reutilização que influenciam a capacidade de resposta, quer em qualidade, quer em velocidade e permitem, pela sua eficaz transferência, ganhos de produtividade que são impossíveis de ignorar.

Desta forma, a consciência por parte do poder local e dos organismos da Administração Pública local para as oportunidades das tecnologias de informação e comunicação tem vindo a aumentar, como se pode verificar pela existência de iniciativas e acções de adopção que ocorrem, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Uma quantidade apreciável deste esforço tem correspondência no âmbito do que é designado por *local e-government* – o esforço global para introduzir novas práticas associadas ao digital para a Administração Pública local.

As ideias associadas com o *local e-government* tem sido desenvolvidas e melhoradas ao longo da última década. A qualidade das abordagens e serviços já existentes, permitiram o alcançar da satisfação das expectativas iniciais e potenciam maiores ambições. Uma das direcções viáveis para a melhoria da qualidade do *local e-government* é o relacionar a informação disponível como parte do conhecimento sobre o território e considerar o seu uso impondo duas características: a sua georeferenciação e o seu uso em tempo real. Esta visão, embora não possível neste momento, pode constituir uma direcção de trabalho que proporcione um leque de possibilidades e serviços.

É, no entanto, possível propor um conjunto de questões como ponto de partida:

- Como tirar partido dos esforços realizados em computadores e redes para os utilizar a favor das regiões?
- O que muda, se tomarmos as pessoas e as suas interacções como centro das cidades digitais e da observação da actividade no território?

- Serão os modelos de rede devidamente acautelados no contexto das regiões e suportados pelas cidades digitais e infra-estruturas existentes para as regiões?
- Existe um conceito de cidade digital útil a cada território, em cada uma das suas iniciativas? Tem que ser estendido?
- Estarão a ser realizadas as questões correctas (se é que se fazem)? Com que regularidade?
- Região e território tem o mesmo sentido? Quais são as fronteiras de um território, face à sua actividade social, económica, cultural e de influência? Coincidem, sobrepõem-se, existem?

Para a abordagem a estas questões, os autores defendem que deve ser tomada uma visão em que seja possível lidar e gerir a informação em formato digital, gerada e utilizável sobre o território, que é originada e que potencia tanto a economia como os seus recursos humanos, e que possibilite o desenvolvimento do conceito de território inteligente.

Entre as implicações, estão precisamente as oportunidades associadas com o desenvolvimento do território e os desafios colocados pela globalização e alteração de modelos económicos impostos por esta, que levam também à necessidade de novas práticas de administração e governação local, onde a participação e uma nova relação entre público e privado colocam velhos desafios de novas formas.

REFERÊNCIAS

Castells, M. (2001). *Internet Galaxy: Reflections on the Internet, Business, and Society*. Oxford Press.

Fischer, M. e Frohlich, J. (2001). *Knowledge, Complexity and Innovation Systems*. (Advances in Spatial Science). Springer: Setembro.

Gouveia, L. (2001). *A visualization Design for Sharing Knowledge*. PhD Thesis. Computer Science Department. University of Lancaster, December.

Gouveia, L. (2002). *Emergent skills in higher education: from know-how to know-where, know-who, know-what, know-when and know-why*. Virtual Learning & Higher Education. 1st International Conference. Mainsfield College. Oxford, England, 10-11 September.

- Gouveia, L. (Org.). (2003). *Cidades e Regiões Digitais: impacte nas cidades e nas pessoas*. Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Gouveia, L. (2004). *O local e-government: a governação digital na autarquia*. Livro V – Coleção Inovação e Governância nas autarquias. Dezembro. SPI - Principia.
- Gouveia, L. (2006). *O Negócio Electrónico: conceitos e perspectivas de desenvolvimento*. Volume I – Coleção de Negócio Electrónico. SPI, Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Gouveia, L. e Gaio, S. (Org.). (2004). *Sociedade da Informação: balanço e oportunidades*. Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Ishida, T., Ishiguro, H. e Nakanishi, H.: (2002). *Connecting Digital and Physical Cities*. In Ishida, T. (ed.) (2002). *Digital Cities II - Computational and Sociological Approaches*. Springer.
- Komninos, N. (2002). *Intelligent Cities – Innovation, Knowledge Systems and Digital Spaces*. 2 ed. Spon Press.
- Rocher, G. (1989). *Sociologia Geral. A Organização Social*. Editorial Presença.
- Xavier, J. e Gouveia, L. e Gouveia, J. (2003). *Contribuição para a definição de Cidade e Região Digital*. 4ª Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação. UPT, Porto. 15 de Outubro. Actas em CD-ROM.
- Xavier, J. e Gouveia, L. e Gouveia, J. (2004). *Cidades e Regiões Inteligentes – uma reflexão sobre o caso português*. In Gouveia, L. e Gaio, S. (2004). *Sociedade da Informação: balanço e implicações*. Edições Universidade Fernando Pessoa, pp 23-29.